

A nova Constituição, mais estatizantes?

O Brasil, como risco
político para investimentos,
avaliado por especialistas.

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
086

A futura Constituição brasileira tende a ser mais estatizante e xenófoba. O Congresso tem maioria centrista — do centro-esquerda ao centro-direita — mas os conservadores, no Brasil, não têm vínculos ideológicos com o capitalismo privado, como nos Estados Unidos, e sim defendem “a regra agrária” e suas vantagens econômicas por estarem dentro do Estado. Dessa forma, poderão até aliar-se em temas favoráveis à reserva de mercado — caso de um recente entendimento entre os constituintes Virgílio Távora e Cristina Tavares — que guarda semelhança com o antigo apoio da UDN à campanha do petróleo é nosso, deflagrada pelos nacionalistas na década de 50.

A avaliação é dos especialistas em risco político Alexandre Barros e Paulo Kramer, em palestra e debates promovidos na semana passada pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, dos quais participaram executivos de multinacionais alemãs no País, empresários, consultores e imprensa.

Barros disse que o Brasil não deve ser imaginado como um possível Irã — em que o xá Reza Pahlevi foi derrubado pelo atotolá Khomeini — mas precisa preocupar-se com a instabilidade crescente e com a regulação governamental, “área em que temos tradição”. A burocracia, observou o analista, “não tem limites no seu poder, e a Constituição não vai resolver isso”.

Entre as recomendações para o capital estrangeiro estiveram as de associar-se ao capital nacional (não por razões econômicas, mas de conveniência estratégica); tratar o PT como partido legítimo e com ele relacionar-se; e não esquecer-se da importância de velhos atores da cena política — “nossos políticos têm sete vidas” — como Brizola e Jânio Quadros. Outros personagens importantes são o general Ivan Souza Mendes, Mário Covas, José Richa e os embaixadores Marcellio Marques Moreira e Rubens Rícuperio.

Barros não afastou os riscos de remilitarização, recordando que a classe média está saudosa de momentos mais favoráveis. Além disso, observou Kramer, “pode ser uma coisa nova a proposta do *Jornal da Tarde* e de *O Estado* para que

as pessoas se protejam contra o Leão”, acrescentando: “As esquerdas radicais são a favor da espoliação da classe média pelo Estado, e contra a campanha para pagar menos IR. Há 7 milhões de pessoas, os contribuintes do Imposto de Renda, que sustentam o Estado”.

Diretas-já

Barros acredita que a existência de um vácuo governativo seria até interessante para o País, que tem leis demais, e que o fato de começarem a surgir críticas na imprensa ao chefe do governo representam uma novidade, pois “o chefe de Estado era muito isentado, por medo de que, se fosse atacado, morreria de repente”. O presidente era tratado como uma avó cardíaca.

Barros considerou pouco provável a idéia de *diretas-já*, por desinteresse dos constituintes, mas admitiu as hipóteses de maior militarização do governo — que não deve ser confundida com golpe de Estado — ou de um *assembleísmo*, escolhendo-se um primeiro-ministro. Mas entende que uma saída parlamentarista duradoura não é previsível e que “a teia que garante o déficit público e o empreguismo reduz as possibilidades do *assembleísmo*”.

Dívida externa

O Brasil tem desprezado, afirmou Barros, o risco de retaliação dos Estados Unidos em face de nossa postura externa — a exemplo do que estão fazendo com o Japão. Mas o assunto, admite, traz muitas dúvidas para os analistas. Por exemplo: a possibilidade de importar sem cobertura cambial pode ser um caminho, por linha torta, para a liberação do câmbio no País.

Barros e Kramer apostam no futuro econômico brasileiro, afirmam que o País está “andando para a frente, apesar da administração por susto”, mas constataam que “não há no Brasil uma hegemonia de pensamento capitalista” e que subsiste na burocracia “a sensação de autonomismo, segundo a qual o Brasil pode fazer tudo sozinho”. Mas nem o Japão é autônomo, lembra Barros. “Se cortar os laços externos, fecha.” (F.P.J.).